

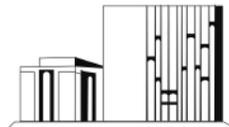


RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º trimestre
2025



COMPOSIÇÃO



Conselheiro-Presidente

Wilber Carlos dos Santos Coimbra

Conselheiro Vice-Presidente

Paulo Curi Neto

Conselheiro Corregedor

Edilson de Sousa Silva

Conselheiro-Presidente da 1ª Câmara

Valdivino Crispim de Souza

Conselheiro-Presidente da 2ª Câmara

Jailson Viana de Almeida

Conselheiro Ouvidor

Francisco Carvalho da Silva

Conselheiro-Presidente da Escola Superior de Contas

José Euler Potyguara Pereira de Mello

Conselheiros Substitutos

Omar Pires Dias

Francisco Júnior Ferreira da Silva

Erivan Oliveira da Silva

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Miguidônio Inácio Loiola Neto

Procurador Corregedor

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira

Procuradores do MPC

Yvonete Fontinelle de Melo

Adilson Moreira de Medeiros

Ernesto Tavares Victoria

Willian Afonso Pessoa

SUMÁRIO



1	APRESENTAÇÃO	4
2	GOVERNANÇA	5
	Visão Geral da Organização	6
	Cadeia de Valor	11
	Documentos Estruturantes da Atuação do TCE-RO	12
	Licitações e Contratos	13
3	CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS	18
	Volume de Recursos Fiscalizados	19
	Multas e Responsabilizações	29
	Processos Autuados e Julgados	29
	Programas e Projetos de Tecnologia	32
	Fortalecimento dos Controles	34
4	INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	38
	Saúde	39
	Educação	42
	Desenvolvimento Sustentável	46
5	GESTÃO DE PESSOAS	49
	Força de Trabalho	50
	Ações Educacionais	52
6	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	56
	Receita Orçamentária	57
	Execução LOA - 2025	58
	Limite de Gastos com Pessoal	61

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 154, de 1996 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades referente ao 1º Trimestre do exercício de 2025 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

Este Tribunal, no exercício das suas atribuições constitucionais de independência e autonomia, buscou detalhar cuidadosamente as informações contidas neste relatório, com o objetivo de demonstrar à Assembleia Legislativa e, por meio desta, à sociedade rondoniense, os resultados de sua atuação.

Com total transparência, o documento retrata a aferição das ações desenvolvidas pelo TCE-RO quanto à correta aplicação dos recursos públicos e ao fortalecimento constante do controle externo, colaborando diretamente para o aprimoramento contínuo das políticas públicas em benefício de toda a população.

Conselheiro **WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA**

Presidente  **TCERO**
em ação. mais cidadania



GOVERNANÇA

Governança

Visão Geral da Organização

O TCE-RO é formado por sete Conselheiros e três Conselheiros Substitutos. O Ministério Público de Contas - MPC, instituição fundamental ao funcionamento do Tribunal, é composto por seis Procuradores de Contas.

Os Conselheiros Substitutos são nomeados pelo Governador do Estado, mediante concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Contas, entre cidadãos que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do TCE-RO.

Além de participarem dos colegiados, substituem os Conselheiros em suas ausências e impedimentos legais ou em caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados para completar o *quorum* no Plenário ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

Os Conselheiros do TCE-RO, além de comporem o Tribunal Pleno e formarem as Câmaras, ocupam de forma alternada os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor, Presidentes de Câmaras e Presidente da Escola Superior de Contas.

Dos sete Conselheiros, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles alternadamente entre Conselheiros Substitutos e membros do MPC. Os outros quatro cargos são de livre escolha da Assembleia Legislativa, observados os critérios constitucionais e legais.

O Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, atualmente, compõe-se de um Procurador-Geral e cinco Procuradores, nomeados pelo Governador do Estado, entre brasileiros, bacharéis em Direito, aprovados em concurso público de provas e títulos.

Visão Geral da Organização

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia foi instituído em 31 de janeiro de 1983, por meio do Decreto-Lei n. 47 do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe as funções de auditoria sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

Nossa missão é de assegurar o uso eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, colaborando para que os resultados das políticas públicas beneficiem a sociedade.

Esse universo de atuação do TCE-RO compreende 431 Unidades Jurisdicionadas distribuídas nos poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, de economia mista e fundos.

O TCE-RO tem jurisdição privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros, toda pessoa natural ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo estado e/ou municípios, mediante convênio ou instrumento congêneres.

431 Unidades Jurisdicionadas.
132 Estaduais.
299 Municipais.

48 Administração Direta.
84 Administração Indireta.
52 Prefeituras.
52 Câmaras Municipais.
195 Autarquias,
Fundos, Fundações,
Empresas Públicas.

Competências

A Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 70 e 71, confere ao Poder Legislativo a competência de exercer o Controle Externo da Administração Pública, o que implica fiscalizar a boa gestão dos recursos públicos.

De maneira ampla, a competência dos Tribunais de Contas se estende a toda governança e gestão pública. Da definição estratégica a avaliação dos resultados, o controle compreende todos os atos administrativos, de qualquer natureza, e possui amplo espectro, que vai da estrita análise da observância legal à verificação da efetividade das medidas adotadas, avaliando o controle do mérito administrativo – o que abrange, até mesmo, a racionalidade das prioridades e das despesas.

No exercício dessa função, o Poder Legislativo atua com o auxílio do Tribunal de Contas, órgão ao qual se atribui essa função para realizá-la de maneira técnica e independente, na busca pelo bem-estar social.

Cabe, portanto, ao Tribunal de Contas verificar o ciclo de governança e gestão, da definição das diretrizes, avaliação e monitoramento, ao planejamento, execução, controle e avaliação de resultados. É dizer, a fiscalização alcança desde uma simples verificação de conformidade do ato administrativo até a análise do alcance dos objetivos e da eficiência dos meios utilizados para o atingimento dos resultados de interesse público e social.

Competências

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está dividida em três níveis de funcionamento:

1. Órgãos Colegiados;
2. Órgãos de Direção Superior e
3. Estrutura Executiva da Presidência.

Os órgãos de Direção Superior são estruturas que conduzem a instituição, exercendo as funções de direcionamento, avaliação e monitoramento.

Exercem essas funções o Conselho Superior de Administração (formado pelos sete Conselheiros), a Presidência e a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

Os órgãos colegiados são estruturas organizacionais com a função de apreciação e julgamento das contas e de atos e fatos da Administração Pública Estadual e Municipal. O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - MPC. As Câmaras são compostas por três Conselheiros, um Conselheiro Substituto convocado em caráter permanente e um representante do MPC indicado pelo Procurador-Geral.

A Estrutura Geral da Presidência é composta pelas secretarias e suas unidades operacionais que realizam e fornecem apoio à atividade-fim do TCE-RO. As grandes secretarias são:

- Secretaria-Geral da Presidência-SGP
- Secretaria-Geral de Administração-SGA
- Secretaria-Geral de Controle Externo-SGCE
- Secretaria de Planejamento e Governança-SEPLAG
- Secretaria de Processamento e Julgamento-SPJ
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-SETIC

Governança

Estrutura Organizacional



O diagrama facilita a compreensão do organograma do TCE-RO, de acordo com as macrofunções de governança e gestão.

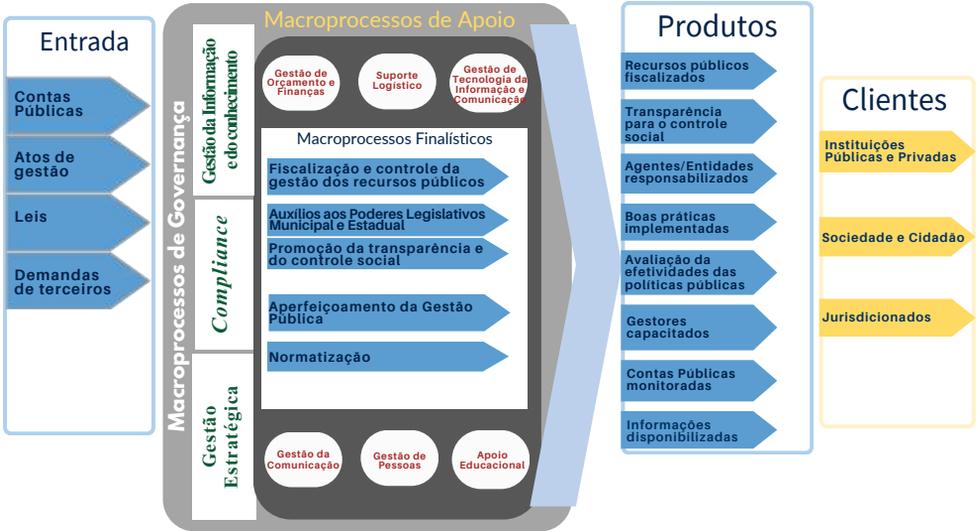
Os órgãos da parte superior exercem as funções de direcionamento, monitoramento e avaliação, enquanto na parte inferior da estrutura estão os órgãos de planejamento, execução e controle dos processos e projetos.

O nível tático da engrenagem exerce funções mistas, ora exercendo papel de direcionamento, ora de execução e controle.

Governança

Cadeia de Valor

Cadeia de Valor - Macroprocessos TCE-RO



Fonte: Comissão Especial para atuar no mapeamento e redesenho de macroprocessos do TCE-RO (Portaria n. 655, de 4 de agosto de 2017).

A

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos.

TCE-RO

cadeia

Evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; responsabilizar por erros e fraudes na gestão dos recursos públicos.

de

Preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões. Tendo esses propósitos em vista, o TCE-RO estruturou sua cadeia de valor.

valor

Tendo esses propósitos em vista, o Tribunal estruturou sua cadeia de valor. Ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar à sociedade, constituindo importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais.

Governança

Documentos Estruturantes da Atuação do TCE-RO



O Plano Estratégico revisado do TCE-RO está disponível para o cidadão no endereço eletrônico ou QR CODE apresentado: <https://tzero.tc.br/2021/09/08/plano-estrategico-2021-2028/>

O plano estratégico é a ferramenta fundamental de orientação às ações institucionais em direção aos seus objetivos de longo prazo. Oferece uma visão abrangente e estruturada das metas, prioridades e estratégias que a organização pretende adotar para alcançar o sucesso, capacitando a organização para antecipar-se aos desafios, identificar oportunidades e adaptar-se de forma eficaz às mudanças, garantindo assim o desenvolvimento contínuo e a sua sustentabilidade.

A construção da estratégia organizacional exigiu reflexões internas sobre quem somos e para quem existimos como instituição de controle externo.

O Plano de Gestão está hospedado na página oficial deste Tribunal de Contas e pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: https://tzero.tc.br/plano-de-gestao/#flipbook-df_50592/1/



Gráfico 1 – Execução das ações do Plano de Gestão 2024-2025.

Os resultados previstos e monitorados do Plano de Gestão, relativos ao primeiro trimestre de 2025 demonstram o comprometimento com o progresso dos projetos, metas e ações que estão vetorizados para a busca da eficiência operacional e o alcance dos objetivos institucionais.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG.

Governança

Licitações e Contratos

Para viabilizar a adequada execução dos diversos projetos e processos, bem como viabilizar a continuidade das atividades do Tribunal, foram realizadas 15 contratações no 1º trimestre de 2025, no valor total de R\$ 1.004.208,69 (um milhão, quatro mil, duzentos e oito reais e sessenta e nove centavos).

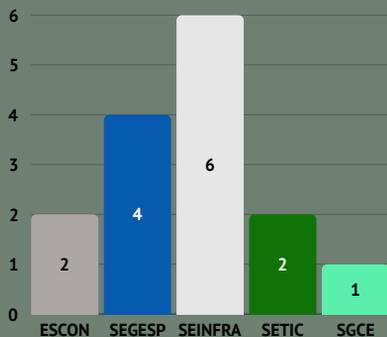
Tabela 1: Contratações distribuídas por tipos e valores.

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA GERADA
Dispensa	5	R\$ 126.341,92	R\$ 112.750,00	R\$ 13.591,92
Inexigibilidade	3	R\$ 213.205,00	R\$ 213.205,00	-
Pregões	5	R\$ 1.169.412,76	R\$ 673.753,69	R\$ 495.659,07
Concorrência	0	-	-	-
Credenciamento	2	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	-
TOTAIS	15	R\$ 1.513.459,68	R\$ 1.004.208,69	R\$ 509.250,99

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.

O processo de licitação das contratações realizadas no período gerou a economia de R\$ 509.250,99 (quinhentos e nove mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos). Considera-se como economia gerada, a diferença entre o valor orçado nas cotações iniciais junto aos fornecedores/prestadores de serviços, em comparação ao realmente contratado após os procedimentos licitatórios.

Gráfico 2 – Contratações distribuídas por quantidade e áreas favorecidas.



Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.



15
CONTRATAÇÕES
FINALIZADAS



R\$ 1.004.208,69
VALORES
CONTRATADOS

33%

PERCENTUAL DE
LICITAÇÕES
REALIZADAS DO
PREVISTO PARA
O ANO

ÁREA MAIS
BENEFICIADA

54%

PERCENTUAL DE
CONTRATAÇÕES
DIRETAS



SEINFRA

Licitações e Contratos

Entre as contratações realizadas no período, destacam-se as de maior relevância, seja por questão estratégica (Plano Estratégico 2021-2028, revisão 24-28) ou por sua representação financeira frente ao orçamento do TCE-RO e ao Plano Anual de Contratação - PAC 2025.

Tabela 2: Contratações mais relevantes no trimestre.

OBJETO E DEMANDANTE	VALOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<p>Item 37 do PAC 2025</p> <p>Aquisição de móveis e objetos de decoração para complementar a demanda do Anexo III pós-reforma e ampliação</p> <p>SEINFRA</p>	R\$ 349.823,41	<p>Relação com o Plano de Gestão: Conclusão da reforma do Anexo III</p> <p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em uma ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>
<p>Item 18 do PAC 2025</p> <p>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da "III Corrida de Rua Solidária do TCE-RO"</p> <p>SEGESP</p>	R\$ 88.100,00	<p>Relação com o Programa Sinergia TCE</p> <p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em uma ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>
<p>Item 48 do PAC 2025</p> <p>Contratação de consultoria na área de atuária, para atuar nas fiscalizações dos 29 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) existentes no Estado de Rondônia</p> <p>SGCE</p>	R\$ 149.400,00	<p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo A - 2) Fortalecer os mecanismos de integridade e contribuir para o equilíbrio financeiro das contas públicas, por meio do controle externo</p>

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.

Licitações e Contratos

Tabela 2: Contratações mais relevantes no trimestre - continuação.

OBJETO E DEMANDANTE	VALOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<p>Item 49 do PAC 2025</p> <p>Contratação de empresa para elaborar projeto executivo de reforço estrutural do Anexo I do TCE-RO, incluindo memoriais, detalhamentos, orçamento e cronograma, além da fiscalização da obra</p> <p>SEINFRA</p>	R\$ 83.600,00	<p>Relação com o Plano de Gestão: Contratação da Reforma do Anexo I</p> <p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em uma ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>
<p>Item 13 do PAC 2025</p> <p>Contratação da palestrante Erika Linhares para ministrar ações educacionais no âmbito do Subprograma de Desenvolvimento das Lideranças do TCE-RO</p> <p>ESCON</p>	R\$ 160.000,00	<p>Relação com o Programa Sinergia TCE</p> <p>Relação com Plano de Gestão: Valorização material do servidor - Proporcionar um ambiente favorável ao bom desempenho funcional e fomentar o desenvolvimento contínuo dos servidores</p> <p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em uma ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.



Governança

Investimento em Infraestrutura e Manutenção

O valor de R\$ 1.428.534,91 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e um centavos), totalizou as despesas no trimestre, sendo segregado em:

Despesas Correntes - prestação de serviços do contrato da *Facilities* de manutenção predial, mão de obra, serviços especializados, serviços diversos e materiais (despesas operacionais); e Despesas de Capital - reforma do Anexo III.

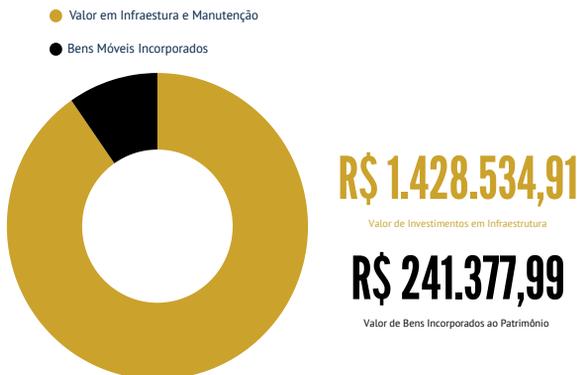
Fornecimento e instalação de bomba submersa, desativação de poço e perfuração de novo poço semi artesiano, prestação de serviços de consultoria e projetos acústicos e de sonorização para as instalações do plenário e do auditório do TCE-RO.

Elaboração de projeto executivo de retirada de pilares e reforço estrutural nos pavimentos do Anexo I e renovação da licença OrçaFascio*.

Quanto ao total de bens móveis incorporados ao patrimônio do TCE-RO, perfaz o montante de R\$ 241.377,99 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos).

Nota: (*) OrçaFascio é um software de orçamentação para o setor de construção civil que auxilia na elaboração de orçamentos detalhados para projetos de construção.

Gráfico 3 – Despesas em infraestrutura e bens incorporados.



Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

Comunicação e Divulgação Institucional

NÚMEROS



Mais de **5 milhões** de pessoas impactadas

Mais de **5 milhões de brasileiros** leram, ouviram ou assistiram algum conteúdo informativo sobre o TCE-RO em Rondônia e diversas partes do Brasil.

Mais de **300** matérias jornalísticas

No primeiro trimestre de 2025, mais de **300 matérias** sobre o TCE-RO e MPC-RO foram publicadas no portal eletrônico e intranet das instituições, reforçando a relevância de suas ações e iniciativas.



Quase **2,5 milhões** de visualizações nas redes sociais

Os conteúdos compartilhados pelo TCE-RO nas redes sociais alcançaram mais **2 milhões de visualizações** nos meses de janeiro, fevereiro e março. A transformação total da linguagem possibilitou conexão com diversos públicos.

Exposição na imprensa com valor equivalente a **R\$ 1.538.556,4**

As ações de relacionamento com a imprensa resultaram em uma cobertura espontânea avaliada em mais de **1 milhão de reais** no início de 2025. Ou seja: sem a atuação da comunicação institucional, o TCE-RO teria que investir esse valor para alcançar a mesma visibilidade.



7 campanhas de comunicação

O TCE-RO promoveu **7 campanhas de comunicação** nos primeiros três meses de 2025, com temas relevantes tanto para a instituição, quanto para a sociedade. Algumas dessas produções também proporcionaram maior visibilidade aos servidores, fundamentais para o cumprimento da missão institucional.

Mais de **260** peças gráficas

Durante os meses de janeiro, fevereiro e março foram desenvolvidas mais de **260 peças gráficas** para apoiar campanhas, eventos e iniciativas institucionais.



CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

Controle Externo Orientado por Dados

Volume de Recursos Fiscalizados

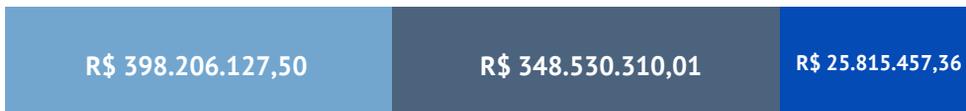
No primeiro trimestre de 2025 foram fiscalizados R\$ 772.551.894,87 (setecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), por meio de suas ações típicas de controle.

*Recursos
Fiscalizados
R\$ 772.551.894,87*

O gráfico 4 demonstra o volume de recursos fiscalizados em cada ação de controle, detalhadas na sequência.

Gráfico 4 – Valores fiscalizados por ação de controle.

● **Análise de Contratações** ● **Auditorias e Inspeções** ● **Análise de Atos de Pessoal**



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Análise de Contratações

Durante a análise de atos de contratações, verificaram-se diversos contratos públicos, abrangendo o valor de R\$ 398.206.127,50 (trezentos e noventa e oito milhões, duzentos e seis mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

As áreas temáticas que tiveram contratos analisados foram administração, educação, infraestrutura e saúde, em sentido amplo.

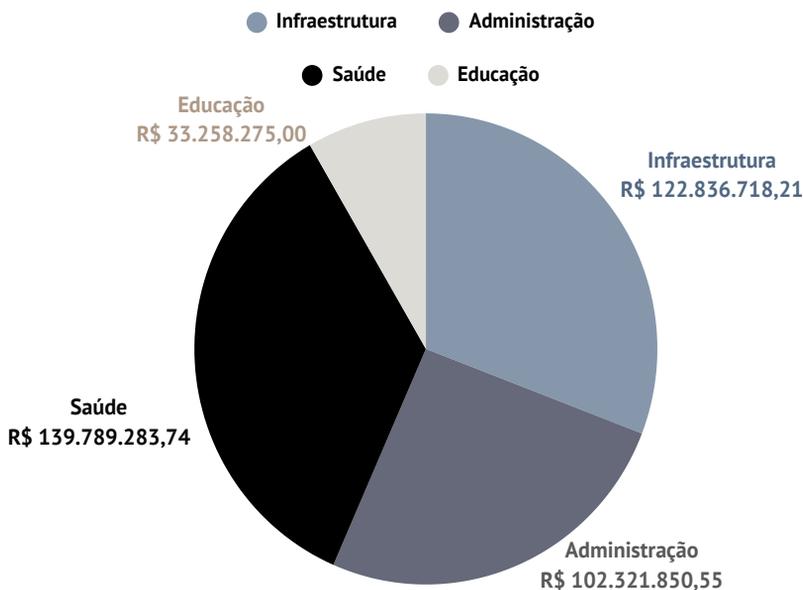
O gráfico 7 demonstra os valores fiscalizados em cada área.

*Recursos
Fiscalizados nas
Contratações
R\$ 398.206.127,50*

Controle Externo Orientado por Dados

Análise de Contratações

Gráfico 7 – Valores fiscalizados por área.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Auditorias e Inspeções

A atividade de controle de maior abrangência exercida pelo Tribunal de Contas é a fiscalização dos recursos envolvidos na Administração Pública, que ocorre por meio da análise de processos em auditorias e inspeções.

Neste primeiro trimestre foram finalizados 136 processos, totalizando R\$ 348.530.310,01 (trezentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil, trezentos e dez reais e um centavo) em recursos fiscalizados somente no período em análise.

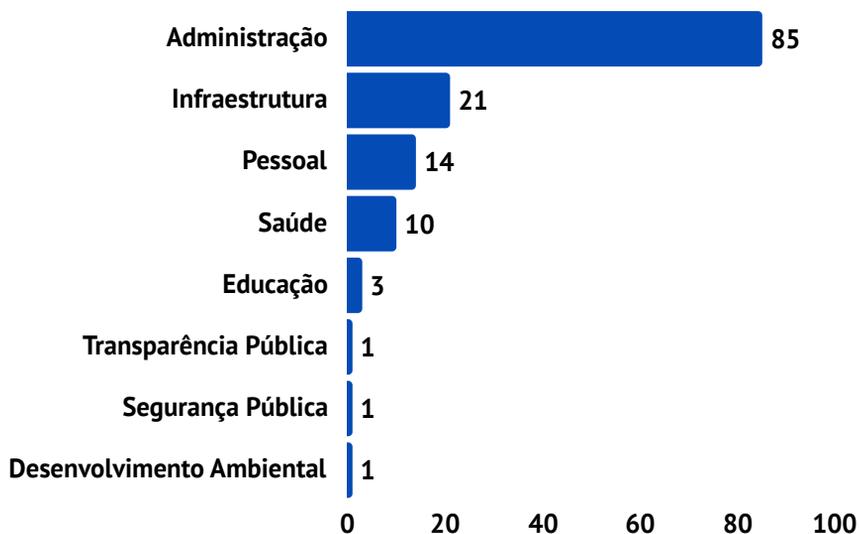
*Recursos
Fiscalizados nos
136 Processos de
Auditorias e
Inspeções
R\$ 348.530.310.01*

Controle Externo Orientado por Dados

Auditorias e Inspeções

QUANTIDADE DE AUDITORIAS E INSPEÇÕES POR ÁREA

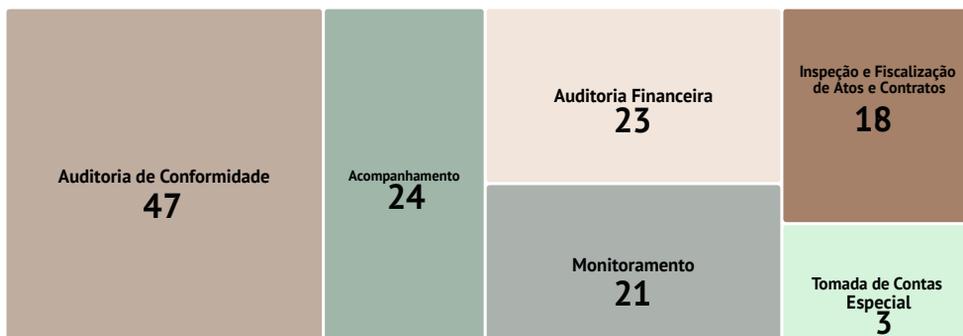
Gráfico 5 – Distribuição das auditorias e inspeções por área temática.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE

Gráfico 6 – Distribuição das auditorias e inspeções por tipo.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Análise de Atos de Pessoal

Quanto a análise de Atos de Pessoal, verificou-se a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade as despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Recursos
Fiscalizados nos
Atos de Pessoal
R\$ 25.815.457,36*

Vale ressaltar que, após a entrada em vigor da Instrução Normativa n.71/2020/TCE-RO, no exame de processos relativos a atos de aposentadoria e pensão está sendo adotado o exame sumário, quando verificados os preenchimentos dos requisitos estabelecidos em portaria.

O volume de recursos apreciados nessa modalidade alcançou o montante de R\$ 25.815.457,36 (vinte e cinco milhões, oitocentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Outros Benefícios

Além dos benefícios gerados, a partir das atividades típicas de controle (fiscalização, análise de atos de pessoal e análise de contratos), outras ações foram desenvolvidas com o propósito de melhorar os processos de gestão e governança pública com o foco em resultados.

Na sequência serão apresentados, de forma resumida, os principais benefícios efetivos e potenciais gerados pela atuação do TCE-RO.

São ações adotadas para fazer frente aos problemas públicos relevantes, visando a entrega de benefícios para as políticas públicas, conforme apresentado a seguir.

Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área
SAÚDE

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Disponibilização de profissionais de saúde.

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Armazenamento e fornecimento adequado de medicamentos.

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Disponibilização de exames conforme as necessidades emergenciais.

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde.

**B
E
N
E
F
I
C
I
O**

Garantir a presença adequada de profissionais de saúde nas unidades de atendimento, assegurando que a população tenha acesso aos cuidados médicos quando necessário.

**B
E
N
E
F
I
C
I
O**

Assegurar que os medicamentos sejam armazenados corretamente e fornecidos conforme a necessidade, prevenindo problemas de escassez e garantindo a eficácia dos tratamentos.

**B
E
N
E
F
I
C
I
O**

Garantir que exames médicos estejam disponíveis e sejam realizados de maneira oportuna, conforme a urgência de cada caso, facilitando diagnósticos precisos e tratamentos adequados.

**B
E
N
E
F
I
C
I
O**

Avaliar e assegurar que o atendimento prestado pelos profissionais de saúde seja de alta qualidade, proporcionando um cuidado mais eficiente e humanizado para os pacientes.

Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área SAÚDE

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Qualidade da prestação dos serviços de saúde.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Verificar as condições da prestação dos serviços de saúde nas Unidades de Saúde da Família - USFs.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Contribuir para a boa gestão dos recursos públicos empregados na prestação dos serviços de saúde à população.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Acompanhar a implementação de ações de melhoria nos eixos de pessoal, equipamentos, condições físicas, medicamentos e satisfação dos usuários nas USFs.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Organizar os processos de trabalho das unidades de saúde e integrar as atenções primária e especializada no município.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Alcançar melhorias na organização e oferta de serviços de saúde de melhor qualidade na atenção primária à saúde do município.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Reduzir a fila de espera para tratamentos e cirurgias eletivas para os municípios.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Assegurar a continuidade dos esforços para a implementação de ações de melhoria na gestão da saúde.

Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Monitoramento da estrutura e funcionamento pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – Sedam.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Aprimorar a legalidade, eficiência e efetividade da gestão ambiental pelo Estado de Rondônia.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Fortalecer a articulação interinstitucional para a implementação de ações colaborativas na área ambiental.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Agilizar a apreciação e homologação de Planos de Ação apresentados pelas unidades jurisdicionadas na área ambiental.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Permitir um monitoramento mais eficiente das ações corretivas na gestão ambiental.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Trazer benefícios à política ambiental do Estado de Rondônia através da plena execução do Plano de Ação.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Possibilitar um melhor acompanhamento futuro das ações ambientais através da segmentação de prazos e definição de marcos a serem atingidos.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Contribuir para o avanço do estado de Rondônia no que concerne à política ambiental.

Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área SANEAMENTO BÁSICO

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, resíduos sólidos de serviços de saúde e licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Cumprir a legislação ambiental referente ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Elaborar e executar um Plano de Recuperação das Áreas Degradadas - PRAD do lixão de Jarú, visando a recuperação ambiental da área.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Atender aos parâmetros da Lei Federal n. 12.305/2010, artigo 10, no processo de recuperação da área degradada do lixão, promovendo a sustentabilidade ambiental.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Implantar um sistema de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequado com a inauguração e operação do Aterro Sanitário.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Realizar ações concretas de recuperação da área do antigo lixão, como cercamento, nivelamento, formação de taludes e cobertura com solo.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Mitigar os impactos ambientais negativos e os riscos à saúde da população decorrentes da disposição inadequada de resíduos sólidos.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Transformar uma área degradada em um espaço mais seguro e ambientalmente sustentável para a comunidade.

Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área EDUCAÇÃO

P
R
O
B
L
E
M
A

Utilização de laboratórios didáticos móveis nas unidades escolares municipais.

B
E
N
E
F
Í
C
I
O

Construir e compartilhar uma base de conhecimento comum para subsidiar ações de controle voltadas à prevenção da aquisição e utilização inadequadas dos Laboratórios Didáticos Móveis - LDM, evitando o desperdício de recursos públicos e outras irregularidades.

B
E
N
E
F
Í
C
I
O

Fortalecer os controles internos das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, visando ao aperfeiçoamento da política pública de aquisição e uso dos LDMS.

B
E
N
E
F
Í
C
I
O

Promover o compartilhamento de informações e experiências entre as unidades escolares e os demais órgãos envolvidos, com o objetivo de aumentar a produtividade, a celeridade processual e a melhor utilização dos recursos educacionais.

B
E
N
E
F
Í
C
I
O

Aumentar a eficiência e a efetividade das ações de fiscalização, contribuindo para a correção de práticas inadequadas relacionadas aos contratos de aquisição dos LDMS e para a ampliação da transparência e accountability na gestão educacional municipal.

Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área

ADMINISTRAÇÃO

**P
R
O
B
L
E
M
A**

Análise dos processos de licitação.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Maior transparência e correção nos gastos.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Garantir a qualidade e adequação dos bens e serviços contratados.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Promover ampla competitividade nas licitações.

**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Melhorar o planejamento e fundamentação das contratações.

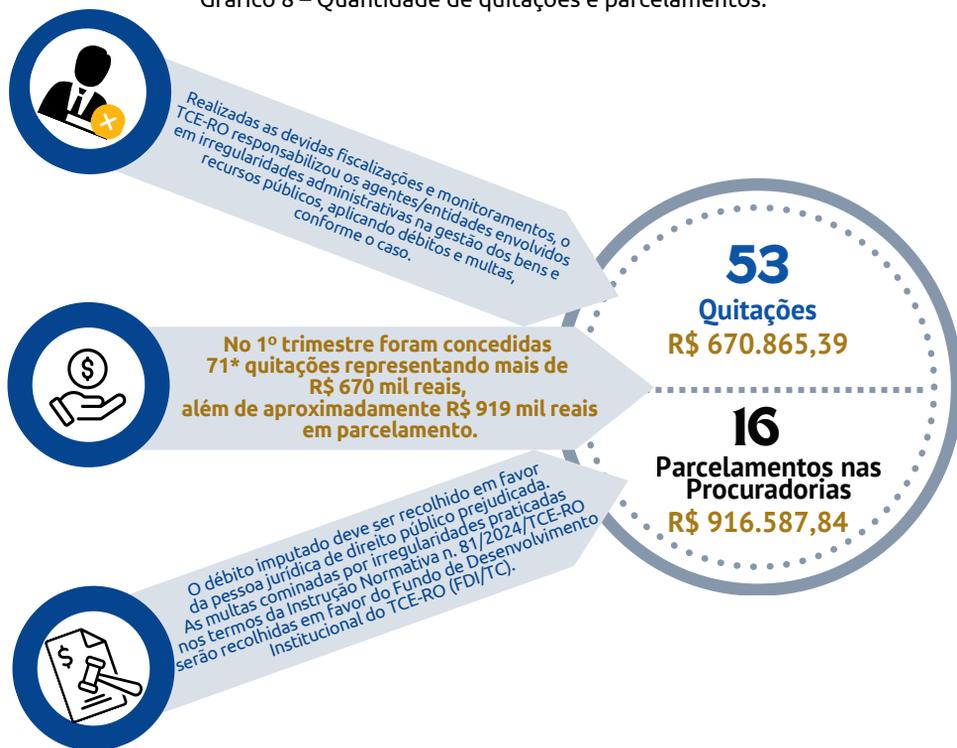
**B
E
N
E
F
Í
C
I
O**

Orientar a Administração Pública.

Controle Externo Orientado por Dados

Multas e Responsabilizações

Gráfico 8 – Quantidade de quitações e parcelamentos.



Nota (*): Nas quitações (53) e parcelamentos nas procuradorias (16), inclui-se também "parcelamentos no TCE-RO" (2), R\$ 3.240,00.

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Processos Autuados e Julgados

Processos Autuados **834**

Processos Julgados* **894**

Neste trimestre foram autuados 834 processos e julgados 894.

O TCE-RO busca eficiência e celeridade no julgamento de seus processos e redução dos estoques.

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Nota (*): O quantitativo de processos julgados corresponde a soma de (processos apreciados/julgados não incluídos os apensos), informada pela Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ com a quantidade de decisões monocráticas dispostas no sistema PC-e no período.

Controle Externo Orientado por Dados

Deliberações

As decisões são proferidas monocraticamente pelos Conselheiros ou de forma colegiada pelo Conselho Superior de Administração - CSA, Tribunal Pleno ou ainda pelas Câmaras.

No período foram emitidas **337** deliberações de maneira colegiada.

Ao lado tem-se a demonstração dos números por tipo de deliberação.

Números de decisões colegiadas.



325

Acórdãos



1

Instrução Normativa



8

Resoluções

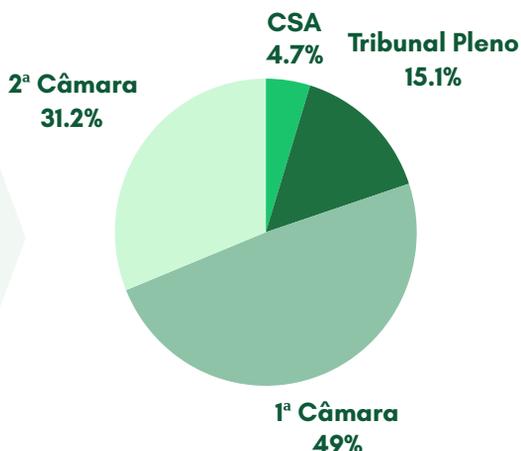


3

Pareceres Prévios

Dessas deliberações colegiadas 49% foram proferidas pela 1ª Câmara, 31.2% pela 2ª Câmara, 15.1% pelo Tribunal Pleno e 4.7% pelo Conselho Superior de Administração. O gráfico seguinte demonstra essa distribuição.

Gráfico 9 – Percentuais de decisões no trimestre.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Controle Externo Orientado por Dados

Deliberações

Além das decisões colegiadas já destacadas, também são proferidas decisões monocraticamente pelos Conselheiros.

4



Decisões Monocráticas
que preveniram despesas potencialmente irregulares.

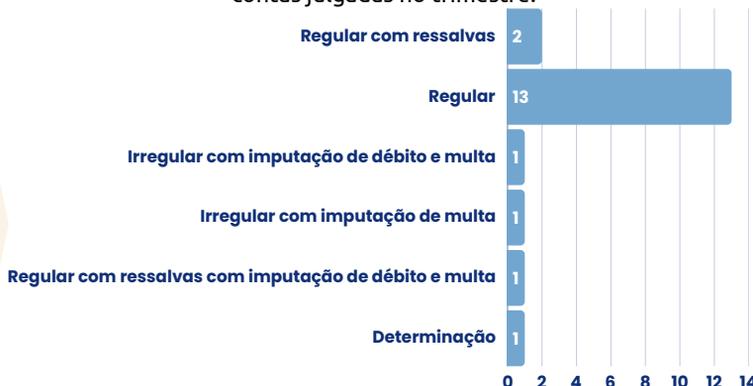


R\$ 556.064.551,10

Montante dos valores examinados por meio das Decisões Monocráticas.

O TCE-RO, como atividade precípua, monitora, aprecia e julga as contas públicas, avaliando se os recursos foram aplicados corretamente. No trimestre, o Tribunal julgou **19 processos de prestação de contas e tomada de contas de forma definitiva**, conforme o apresentado no gráfico ao lado.

Gráfico 10 – Quantidade de prestação de contas e tomada de contas julgadas no trimestre.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Ainda no período, o TCE-RO apreciou dois processos de prestação de contas,

tendo sido proferido um parecer prévio favorável e um parecer prévio contrário.



Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

No primeiro trimestre de 2025 esforços foram direcionados para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Gestão 2025/2026, por meio de entregas de soluções tecnológicas.

As ações desenvolvidas envolveram melhorias em serviços já existentes, fortalecimento da infraestrutura tecnológica e avanços na segurança da informação.

Além de consolidar a importância de investir em tecnologia para promover um ambiente organizacional dinâmico e alinhado aos padrões modernos de governança pública e inovação tecnológica.

Essas entregas visam modernizar processos, aumentar a eficiência operacional, promover a transparência e fortalecer a atuação do Controle Externo Orientado por Dados - CEOD.

PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO

RADAR CONTROLE

Sistema que possibilita a análise de dados enviados ao TCE-RO de forma ágil e intuitiva.

Produto:

Indicadores de Contas do Governo.

Resultado:

Otimização de recursos;
Aumento da eficiência e produtividade;
Inovação e modernização.

REFORMULAÇÃO DO PCE

Sistema de consulta completa de processos oriundos do PCE.

Produto: Compatibilização das regras de controle de prazos nos sistemas PCE e PCE Estratégico.

Resultado:

Aumento da eficiência e produtividade;
Facilitação do trabalho jurídico;
Transparência e acesso à informação.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

Controle Externo Orientado por Dados

Investimento em TI

Investir em TI é essencial para garantir que a organização mantenha sua modernização e rendimento operacional. A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação.

Esse fato não só melhora a performance e a confiabilidade dos serviços prestados, reduzindo riscos de falhas e vulnerabilidades, mas também contribui para a continuidade dos negócios e para a realização do que se espera.

**INVESTIR EM TI É ESSENCIAL
PARA GARANTIR QUE A
ORGANIZAÇÃO
MANTENHA SUA MODERNIZAÇÃO
E RENDIMENTO OPERACIONAL.**



A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação.

São fundamentais para sustentar serviços críticos que dependem de tecnologia para operar de forma eficiente e impactam diretamente na capacidade da instituição de realizar suas funções com precisão e eficiência.

Tudo isso é determinante para cumprir as diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão 2024/2025 do TCE-RO, garantindo o alcance de objetivos, como fortalecer mecanismos de integridade. Os recursos não são apenas para sustentar operações diárias, mas também para a preparação dos desafios futuros e adaptar-se às mudanças tecnológicas, assegurando a excelência na execução de suas atividades, tanto finalísticas quanto operacionais.

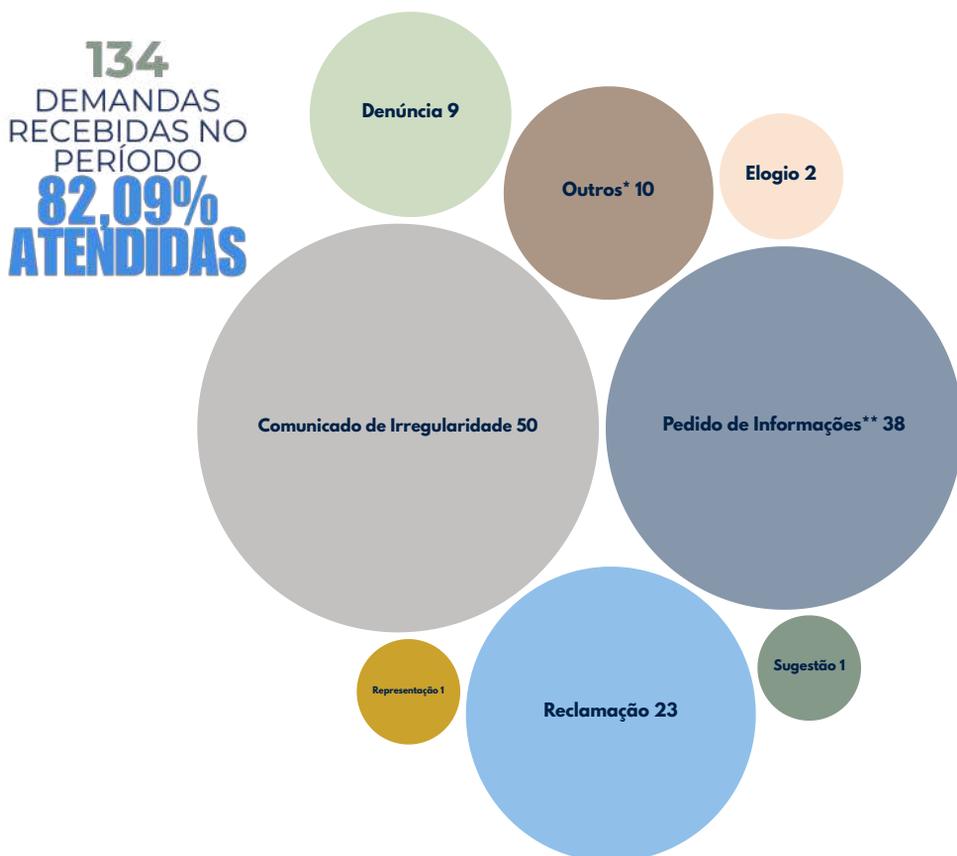
Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCE-RO fomenta o controle social e com base na Lei n. 12.527/2011, integra o cidadão à Administração Pública, recebendo pedidos de informação ou comunicados de irregularidades referentes à gestão de recursos públicos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Gráfico 11 – Quantidade de manifestações recebidas.



Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Notas (*): Manifestações sobre matérias que não são da competência do TCE-RO ou assuntos que ensejam mero procedimento.

(**): Manifestações não fundamentadas na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

OUVIDORIA

No âmbito da Ouvidoria há dois tipos de Pedidos de Informações:



PEDIDOS DE INFORMAÇÕES
que compreendem as demandas, sem limitação de temática, que não têm a necessidade de fundamentação legal específica para o seu requerimento. Com o prazo para a finalização de atendimento em até 30 dias.



PEDIDOS DE INFORMAÇÕES
que compreendem as solicitações de acesso de informações fundamentadas na Lei n.12.527/2011, produzidas ou custodiadas pelo órgão, relacionadas com o seu funcionamento.

Na tabela a seguir, estão detalhados os pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 2011) recebidos no período, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, via Sistema de Acesso à Informação (site TCE-RO) e por e-mail (i.sic@tce.ro.gov.br):

Tabela 3: Solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em atendimento.

Unidade responsável pela resposta	Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Em atendimento
GOUV*	87,5% (7)			
OUTROS SETORES	12,5% (1)	10	8	0
				2

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

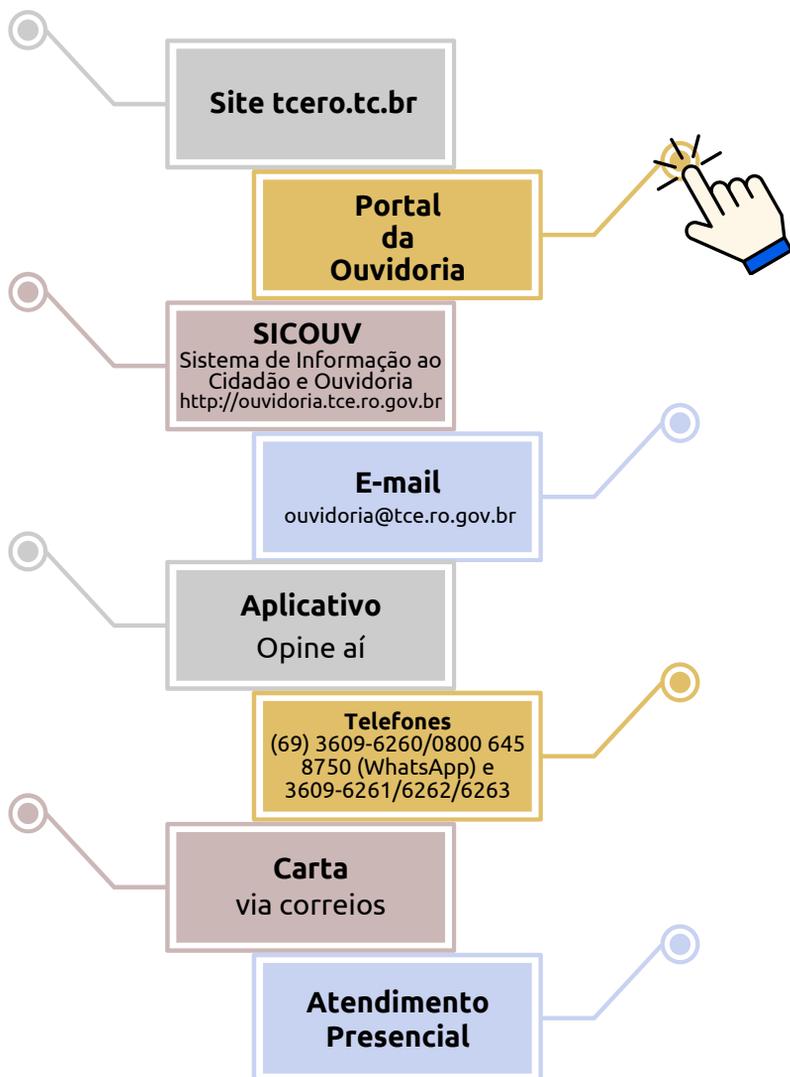
Nota: GOUV* - Gabinete da Ouvidoria.

Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

OUVIDORIA

Para a consecução de seu propósito, a Ouvidoria disponibiliza à sociedade os seguintes canais de acesso:





SISTEMA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS



Continuidade das estratégias de implantação do sistema no TCE-RO:

Eixo VI - em 10/2/2025.

Eixo VII - em 10/3/2025.



Articulação para implementação de canal de relatos e instâncias de integridade:

Unidade de Gestão de Integridade - UGI.

Comissão de Ética e Gestão de Riscos.

AÇÕES
1º TRIMESTRE
2025



Iniciativa para o enfrentamento ao assédio e discriminação no TCE-RO:

Elaboração de subprograma de desenvolvimento de habilidades sociocomportamentais vinculado ao programa sinergia (palestra inaugural, workshops presenciais e mentorias em grupo).



INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

SAÚDE

PROJETO PRÓ-SAÚDE, MAPEAMENTO GEORREFERENCIADO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PAINEL DE INDICADORES.



Consolidação do projeto.
Foco na saúde materno-infantil (especialmente no pré-natal/painel).

Construção do Plano Operativo 2025 (protocolos clínicos/monitoramento/painel de indicadores e fluxogramas de atendimento).



Mapeamento georreferenciado das Unidades Básicas de Saúde - UBS.
Fortalecimento de parcerias (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e Beneficência Portuguesa).
Portal TCGEO-RO/Infraestrutura de dados espaciais de atuação do TCE-RO (indicadores sobre mortalidade fetal com dados de 2006 a 2023).

O eixo saúde neste trimestre foi marcado pela consolidação do Projeto Pró-Saúde, com foco na saúde materno-infantil, especialmente no pré-natal. A atuação concentrou-se na construção do Plano Operacional 2025, que definiu protocolos clínicos para o acompanhamento de gestantes, além do desenvolvimento de fluxos específicos como o de infecção urinária.

O mapeamento georreferenciado das Unidades Básicas de Saúde teve seu início, havendo também o fortalecimento da articulação institucional por meio de parcerias com a Fiocruz e a Beneficência Portuguesa. Um painel de indicadores sobre mortalidade fetal foi lançado no portal TCGEO-RO com dados detalhados entre 2006 e 2023, que vem ampliando a base de evidências para decisões estratégicas em saúde pública.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

1

CONSOLIDAÇÃO
DO
PROJETO

CONSTRUÇÃO DE RELACIONAMENTOS

Avanço na relação com a gestão de saúde de Porto Velho/RO e a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, quanto ao detalhamento das estratégias de intervenção na Atenção à Saúde Primária - APS, com foco nos serviços materno-infantil.

APRESENTAÇÃO AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA

Os secretários foram informados da atuação do TCE-RO, em parceria com outras instituições, no intuito de trazer as mudanças necessárias na Atenção Primária à Saúde, e deixá-los cientes do início do trabalho na região Madeira Mamoré.

2

VISITA TÉCNICA
BENEFICÊNCIA
PORTUGUESA

VISITAÇÃO À SEDE DA BENEFICÊNCIA PORTUGUESA

Em janeiro foi realizada a visita técnica ao Instituto PENSI (Pesquisa e Ensino em Saúde Infantil), em São Paulo.

Trata-se de um centro de pesquisa e ensino em saúde infantil, associado ao Hospital Infantil Sabará, primeiro hospital com unidade de terapia intensiva pediátrica (UTI pediátrica) na cidade e reconhecido internacionalmente por boas práticas.

O objetivo da visita foi conhecer boas práticas no atendimento de crianças com diferentes afecções de saúde.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

3

SAÚDE
MATERNO-INFANTIL

PLANO OPERATIVO 2025

Objetivo geral: Aprimorar a atenção pré-natal e reduzir a mortalidade materna e infantil em Rondônia por meio de protocolos clínicos, capacitação, monitoramento e articulação entre instituições.

PROTOCOLOS CLÍNICOS E FLUXOGRAMAS DE ATENDIMENTO

Desenvolvimento de protocolos com fluxogramas para o manejo de: Hipertensão na gravidez, hemorragias na gravidez, diabetes na gravidez, infecções urinárias na gravidez.

Monitoramento da adoção dos protocolos pelas Unidades de Saúde: Painel de indicadores.

Parcerias: TCE-RO, SESAU-RO, Secretarias Municipais de Saúde, Fiocruz e Beneficência Portuguesa.

Visitas técnicas: Avaliação *in loco* da aplicação dos protocolos.

Programa de governança em saúde: Apoio a fluxos de atendimento (organização dos processos assistenciais para gestantes) e integração da APS aos serviços especializados (encaminhamento estruturado para gestantes de risco).

Gabinete de articulação em saúde: Espaço intersetorial para decisão política ágil e coordenada na área da saúde.

CAPACITAÇÃO DE GESTORES E EQUIPE

Gestores: Gestão de processos e resultados em saúde.

Equipes: Atendimento qualificado às gestantes com foco em pré-eclâmpsia.

GEORREFERENCIAMENTO DA ATENÇÃO PRÉ-NATAL

Mapeamento das unidades de saúde, áreas de cobertura e dados sobre nascimentos e mortalidade.

PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL

Desenvolvimento de plano com foco em prevenção, acesso, qualificação e comunicação.

Inclusão de programa orçamentário e matriz de monitoramento.

APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DO SERVIÇO

Consultoria da Beneficência Portuguesa e Fiocruz para apoiar os municípios na gestão.

DESENVOLVIMENTO DO PAINEL DE DADOS

Dados cedidos pela Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia - AGEVISA/RO.

Elaboração de cálculos estatísticos e indicadores inéditos sobre os óbitos fetais no Estado de Rondônia.

Análises no período de 2006 a 2023 e documentação metodológica completa que permitem ao usuário visualizar os dados de acordo com o interesse, selecionando diferentes anos e municípios, por exemplo. Os dados estão disponíveis no Portal TCGEO-RO (link: <https://tcgeo.tzero.tc.br/>) e se somam aos já anteriormente publicados (respeito dos nascimentos, período pré-natal e partos no estado).

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PAIC, EXPANSÃO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS, CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM CRECHES E O ENCONTRO RONDÔNIA PELA EDUCAÇÃO.



Formações presenciais (acima de 3.400 profissionais capacitados em 6 blocos regionais).

Análise de resultados para identificar avanços e desafios (estudo dos dados do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Rondônia - SAERO 2024).

Foco pedagógico (aprofundamento teórico e prático sobre fluência e compreensão leitora).



Visita técnica às redes para a implantação do Sistema PAIC de acompanhamento.

Educação infantil (expansão do Programa Primeiros Passos).

Educação infantil (Central Única de Vagas em Creches).

Regime de colaboração (Encontro Rondônia pela Educação).

O TCE-RO ampliou significativamente as ações voltadas à alfabetização e à educação infantil.

O Programa PAIC avançou com formações presenciais em diversos polos do estado, envolvendo mais de 3.400 profissionais da educação, com foco no fortalecimento das práticas pedagógicas e análise dos resultados do SAERO 2024.

Destaca-se a expansão do Programa Primeiros Passos, com capacitação de mais de 300 profissionais da educação infantil, e a adesão crescente à Central Única de Vagas em Creches, promovendo mais transparência e eficiência na alocação de vagas. Além disso, o Encontro Rondônia pela Educação reforçou a governança interinstitucional com a adesão de todos os municípios à Carta de Compromissos pela Educação.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

1

FORMAÇÃO DE
FORMADORES
EM
ALFABETIZAÇÃO

FORMAÇÕES PRESENCIAIS

PORTO VELHO (10-12 de março de 2025)

250 capacitações.

ARIQUEMES (Bloco I: 17-21 de março de 2025)

709 capacitações em 12 municípios.

PIMENTA BUENO (Bloco II: 17-21 de março de 2025)

800 capacitações em 14 municípios.

JI-PARANÁ (Bloco III: 24-28 de março de 2025)

817 capacitações em 11 municípios.

VILHENA (Bloco IV: 24-28 de março de 2025)

400 capacitações em 7 municípios.

NOVA MAMORÉ e GUAJARÁ-MIRIM

(Bloco V: 12-14 de março de 2025)

233 capacitações nos 2 municípios.

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

(Bloco VI: 24-26 de março de 2025)

235 capacitações em 5 municípios.

2

VISITA TÉCNICA
PAIC
DE
ACOMPANHAMENTO

VISITA TÉCNICA ÀS REDES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PAIC DE ACOMPANHAMENTO

MUNICÍPIOS VISITADOS

Alvorada D'Oeste, Jaru, São Miguel do Guaporé e
Mirante da Serra.

FOCO

Orientar as equipes municipais sobre a utilização dos dados do sistema para acompanhar os resultados e aprimorar o feedback pedagógico aos professores, com capacitações e treinamentos para os gestores escolares.

Esclarecer dúvidas, promover orientações de uso do sistema e seus dados.

Acompanhar resultados, melhorar devolutivas pedagógicas e robustecer diálogos entre municípios, escolas e o TCE-RO.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

3

**CENTRAL ÚNICA
DE VAGAS EM
CRECHES**

EDUCAÇÃO INFANTIL - CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM CRECHES

O TCE-RO em parceria com o Instituto Federal de Rondônia - IFRO e a Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO seguiu as orientações da nota técnica do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia - GAEPE/RO que recomendou aos gestores municipais de Rondônia a implementação de medidas voltadas à organização transparente, criteriosa e equitativa das vagas em creches destinadas a crianças de 0 a 3 anos de idade.

Trata-se de um sistema de gestão e alocação centralizada que visa proporcionar maior clareza e transparência sobre a demanda real por vagas nas redes municipais, além de assegurar que a alocação das vagas disponíveis seja feita com base em critérios objetivos e uniformes.

Foi iniciado no trimestre um novo período para adesão à Central Única de Vagas e atualmente 12 redes municipais já estão no sistema.

4

**EXPANSÃO DO
PROGRAMA
PRIMEIROS
PASSOS**

EDUCAÇÃO INFANTIL - EXPANSÃO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS

O programa capacitou mais de 300 profissionais que atuam nas unidades de educação infantil em 18 municípios da região do Vale do Jamari, além dos municípios de Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso.

Tem foco no desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades profissionais necessárias para implementar práticas pedagógicas e de gestão educacional eficazes, orientadas para resultados tangíveis. O trabalho visa principalmente o progresso das habilidades das crianças com idades entre 4 e 5 anos, uma vez que é nessa faixa etária que a matrícula na pré-escola se torna obrigatória.

Durante o ano de 2025, o programa oferecerá 4 encontros formativos presenciais aos profissionais da Educação Infantil. A formação do profissional não deve se limitar ao período inicial de sua jornada acadêmica, mas deve ser contínua na trajetória profissional.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

5

REGIME DE
COLABORAÇÃO
ENCONTRO RONDÔNIA
PELA EDUCAÇÃO

ENCONTRO RONDÔNIA PELA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS COM AS NOVAS GESTÕES MUNICIPAIS

REALIZAÇÃO: 18 e 19 de fevereiro de 2025.

PROMOÇÃO: Secretaria de Estado da Educação de Rondônia/SEDUC-RO e pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Rondônia/GAEPE-RO.

APOIO: Instituto Articule, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia/TCE-RO, do Ministério Público de Contas/MPC-RO, Ministério Público/MP-RO e Defensoria Pública do Estado de Rondônia/DPE-RO.

PARTICIPAÇÃO: Prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais de educação, planejamento, finanças e técnicos das secretarias de educação dos 52 municípios do estado.

TEMAS:

- Expansão e financiamento da educação infantil.
- Equidade racial e educação inclusiva.
- Alfabetização e financiamento educacional.
- Transporte escolar e programas federais.

RESULTADOS:

- Adesão de 100% dos municípios à Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia.
- Assinatura de 4 novos municípios durante o evento.
- Estabelecimento de ações para enfrentar desafios estruturais da educação no estado.

AÇÕES PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS ESTRUTURAIS DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA:

- Cumprimento do que ficou estabelecido na Carta de Compromissos pela Educação em Rondônia.
- Elaboração de planos de expansão de vagas para a educação infantil.
- Garantia de maior destinação de recursos no orçamento para a educação inclusiva e infantil.
- Adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ, até o dia 28 de fevereiro.
- Implementação do Programa Saúde nas escolas por meio das secretarias municipais de saúde.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO, RELATÓRIOS, REUNIÕES E PROJETO PILOTO DE GEOPROCESSAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO DE JARU.



Avaliação do plano de ação do Termo de Ajuste de Gestão - TAG da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.
Participação de reunião e elaboração de relatório sobre o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável - PDES.
Suporte à renovação do Termo de Cooperação com a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.



Reunião: Organização de curso para a regularização fundiária rural.
Reunião: Georreferenciamento das Unidades de Conservação - UCs.
Elaboração dos relatórios de avaliação da política ambiental para as contas municipais.
Elaboração dos relatórios de gestão das Unidades de Conservação - UCs.
Projeto Piloto de Geoprocessamento do Saneamento Básico de Jaru.

Ações voltadas ao desenvolvimento sustentável:

A avaliação do Plano de Ação do TAG da SEDAM, reforçando o compromisso com a governança ambiental;
O georreferenciamento de Unidades de Conservação - UC e o suporte à renovação do Termo de Cooperação Técnica com o IDARON;
A inclusão de relatórios de gestão ambiental nas contas dos municípios e das UCs.

O início do projeto piloto de geoprocessamento do saneamento básico em Jaru, que visa otimizar os investimentos com base em dados geoespaciais.

Essas iniciativas visam promover uma gestão mais estratégica, transparente e sustentável dos recursos naturais e da infraestrutura urbana no estado.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

1

AGENDA
DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO TERMO DE AJUSTE DE GESTÃO - TAG DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

AÇÃO: Avaliação minuciosa no Plano de Ação previsto no Termo de Ajuste de Gestão - TAG celebrado com a SEDAM, no âmbito das ações voltadas à gestão ambiental.

A análise permitiu a identificação de pontos de melhoria e a proposição de ajustes destinados a aprimorar a execução das metas pactuadas, com foco na efetividade das ações e no alinhamento com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

RESULTADO: Realização de uma reunião técnica com representantes da SEDAM, na qual as propostas de alteração foram discutidas e validadas, reforçando o compromisso institucional com o aperfeiçoamento da gestão ambiental no Estado de Rondônia.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL - PDES

O PDES e seus principais eixos estratégicos foi apresentado na reunião institucional com foco nas metas voltadas à sustentabilidade e uso racional dos recursos naturais. O documento se destina a apoiar o relatório técnico que subsidiará a análise das Contas de Governo.

SUORTE À RENOVAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO COM A AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON

Renovação do Termo de Cooperação com a IDARON visando a ampliação das ações conjuntas que promovem o desenvolvimento sustentável no meio rural, especialmente nas áreas de rastreabilidade, controle sanitário e regularização fundiária de propriedades rurais.

OBJETIVO: Garantir a continuidade das ações integradas e fortalecer a atuação interinstitucional no território.

REUNIÃO COM A ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS CONSELHEIRO JOSÉ RENATO DA FROTA UCHÔA - ESCON: CURSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL

Organização de curso voltado à regularização fundiária rural, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

OBJETIVO: Capacitação de servidores públicos municipais e estaduais para atuarem de forma eficiente na promoção da segurança jurídica no campo, com impacto direto na sustentabilidade territorial e na governança fundiária.

REUNIÃO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM E A SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT:

GEORREFERENCIAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Tratativas sobre o georreferenciamento das Unidades de Conservação - UCs do estado visando o fortalecimento da governança ambiental e o aprimoramento do controle fundiário dessas áreas, consideradas estratégicas para a preservação ambiental e o combate ao desmatamento ilegal.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

2

POLÍTICA AMBIENTAL RELATÓRIOS

RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA AS CONTAS MUNICIPAIS

Elaborados os relatórios de análise das políticas ambientais dos 52 municípios de Rondônia que integrarão, pela primeira vez, a avaliação qualitativa das políticas públicas dos municípios.

OBJETIVO: Com base no contexto atual de mudanças climáticas, o documento verifica, a partir de um índice composto por cinco indicadores a situação da gestão dos municípios em relação ao planejamento e uso do território, saneamento básico, conservação e degradação e governança ambiental.

Essas dimensões oferecem uma visão abrangente da situação ambiental dos municípios, com foco em induzir o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visem à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida para a população.

O relatório tem o propósito de oferecer a sociedade informações qualificadas sobre os resultados das políticas públicas ambientais, servindo como ferramenta indutora de aprimoramento da gestão e da governança pública.

3

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO RELATÓRIOS

RELATÓRIOS DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UCs

Os relatórios de gestão das 49 Unidades de Conservação Estaduais, de forma inédita passarão a integrar as contas de Governo do Estado.

Integra o eixo estratégico de desenvolvimento sustentável com o objetivo de dar transparência a situação atual das UCs do estado e induzir melhorias na gestão para reverter o atual quadro de aumento do desmatamento e queimadas nesses territórios.

A avaliação realizada no relatório considera aspectos gerenciais, indicadores de uso e ocupação do solo, desmatamento, queimadas e regularização fundiária.

OBJETIVO: Revelar a situação de fatores que indicam a qualidade da gestão das UCs e induzir mudanças nas causas raízes de problemas relevantes.

4

GEOPROCESSAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO DE JARU

PROJETO PILOTO DE GEOPROCESSAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO DE JARU

OBJETIVO: Identificar áreas prioritárias para expansão da rede de saneamento, garantindo que os investimentos sejam direcionados de forma estratégica para comunidades mais necessitadas (otimizar o uso dos recursos e acelerar o progresso em direção às metas de universalização).

Teve início no 1º trimestre/25 e visa otimizar o uso de recursos e acelerar o progresso em direção às metas de universalização.

Para solucionar os desafios da falta de dados espaciais e avançar na universalização do saneamento em Rondônia, o TCE-RO propõe a implementação de um projeto de espacialização do saneamento no município de Jaru, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaru.

O futuro projeto se propõe a construir uma plataforma online que reúna dados geoespaciais sobre os serviços de água e esgoto tornando a gestão do saneamento mais eficiente e transparente.



GESTÃO DE PESSOAS

Gestão de Pessoas

Força de Trabalho

611
colaboradores

O TCE-RO possui 611 colaboradores ativos - entre efetivos, comissionados, bolsistas e estagiários de nível superior e de pós-graduação.

Desse total, 3 estão cedidos para outros órgãos e 4 afastados sem remuneração.

NESTE TRIMESTRE
HOUVE
14 ADMISSÕES,
5 EXONERAÇÕES E
22 DESLIGAMENTOS.

14 admitidos



Cedidos para o TCE-RO(1), comissionados(4) e estagiários(9).

5 exonerados



Comissionados(3) e cedidos para o TCE-RO(2).

22 desligados



Estagiários(15), bolsistas(5) e efetivos(2).

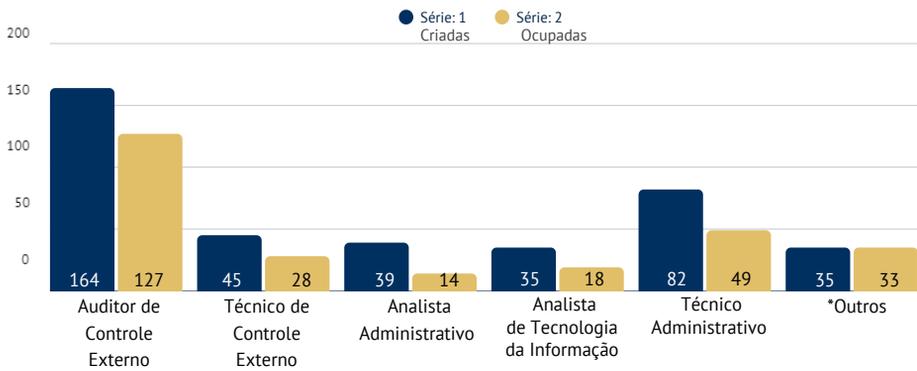
Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Gestão de Pessoas

Cargos Efetivos Ocupados

A relação quantidade de vagas previstas em lei e ocupadas está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 12 – Vagas criadas x ocupadas referente ao quadro de servidores efetivos.

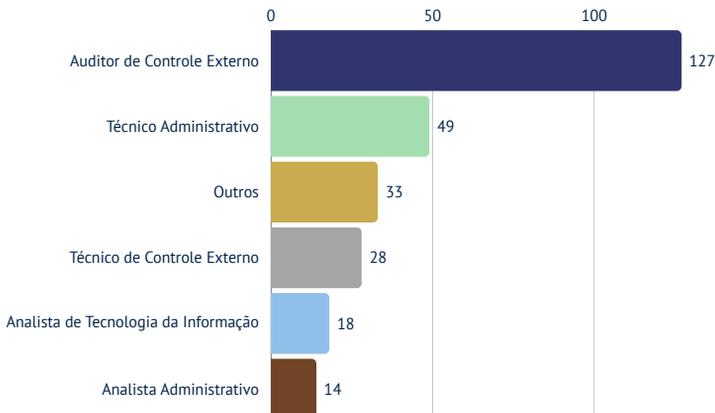


Em extinção: (*).

Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Abaixo, o gráfico mostra a proporção de cargos efetivos ocupados, considerando todas as carreiras.

Gráfico 13 - Proporção de cargos efetivos ocupados x carreira.



Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Gestão de Pessoas

Ações Educacionais



219 Ações Educacionais

2.039 h/a (horas-aula)

3.403 certificações

A Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa disponibilizou 219 ações educacionais aos servidores do TCE-RO e jurisdicionados, tanto ofertadas diretamente em sua unidade, quanto ofertadas por parceiros contratados.

Essas ações totalizaram o equivalente a 2.039h/a (horas-aula) de estudo, permitindo a efetiva certificação de 3.403, entre servidores e jurisdicionados.

40

Ações de capacitação foram ofertadas diretamente pela Escola Superior de Contas

179

Ações de capacitação foram ofertadas por parceiros contratados

47

AÇÕES DE IMPACTO EXTERNO

Foco: efetividade das políticas públicas (37) e integridade (10).

172

AÇÕES DE IMPACTO INTERNO

Foco: cultura de decisões baseadas em evidências (63), fortalecimento da integridade e gestão de riscos (3) e valorização e desenvolvimento de servidores (106).

O alinhamento estratégico entre os impactos interno e externo no TCE-RO cria uma sinergia fundamental, onde o desenvolvimento institucional potencializa diretamente a capacidade de transformação externa.

Neste contexto, as ações educacionais emergem como elemento integrador crítico, fortalecendo competências técnicas dos servidores e disseminando conhecimento aos jurisdicionados através de programas e iniciativas de capacitação em gestão pública.

Ações Educacionais

fortalecimento da cidadania

6
EVENTOS

Construção de um
serviço público
mais eficiente e
comprometido
com a sociedade.

40 horas-aula
507 certificações

NOS EVENTOS REALIZADOS SOBRE A TEMÁTICA, OS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS FORAM:



Essas ações são fundamentais para o desenvolvimento de competências e impactam diretamente a gestão pública e a cidadania.

Ações Educacionais

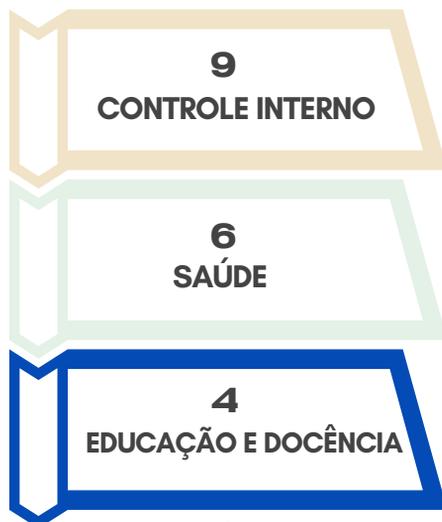
excelência da gestão pública

23
EVENTOS

Com a formação adequada, espera-se que a implementação de políticas públicas seja mais eficaz e que atenda às necessidades da população.

376 horas-aula
1.683 certificações

NOS EVENTOS REALIZADOS SOBRE A TEMÁTICA, OS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS FORAM:



As ações desenvolvidas pelo TCE-RO visam não apenas a capacitação dos servidores, mas também a promoção da excelência na gestão pública.

Gestão de Pessoas

Ações Educacionais

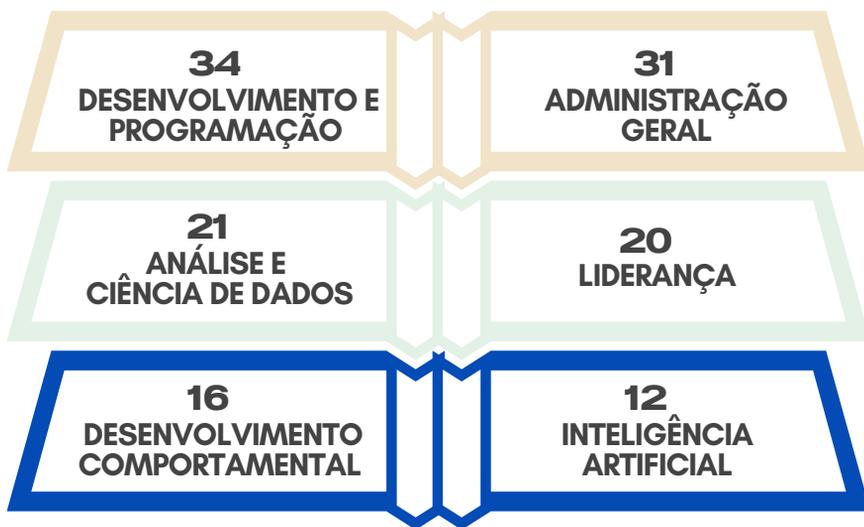
servidor

190
EVENTOS

Valorização
e
Desenvolvimento.

1.623 horas-aula
1.213 certificações

NOS EVENTOS REALIZADOS SOBRE A TEMÁTICA, OS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS FORAM:



A formação continuada é incentivada para que os profissionais possam se atualizar constantemente e aprimorar suas competências, garantindo assim um serviço público de qualidade.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão de Orçamentária

Receita Orçamentária

A Lei nº 5.982, de 29 de janeiro de 2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2025) consignou ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) o montante de R\$ 313.953.488,00, distribuído nas duas unidades gestoras, conforme na tabela demonstrado na sequência:

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
020001 - Tribunal de Contas	1500	276.803.322,00
	1800	32.013.166,00
02011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	1759	5.137.000,00
TOTAL		313.953.488,00



Gestão de Orçamentária

Execução LOA - 2025 (UG. Tribunal de Contas)

Para o exercício de 2025, a dotação orçamentária destinada à Unidade Gestora 020001 - Tribunal de Contas totalizou um montante de R\$ 308.816.488,00 (trezentos e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social. Em comparação com o exercício anterior (2024) houve um aumento de R\$ 12.590.983,00 (doze milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e oitenta e três reais) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 4,25%. As informações apresentadas não estão considerando a abertura de crédito adicional.

Considerando a execução orçamentária do 1º trimestre/2025, o valor total empenhado acumulado é de R\$ 104.905.192,86 (cento e quatro milhões, novecentos e cinco mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos) e o valor liquidado total acumulado é de R\$ 58.331.335,46 (cinquenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), representando respectivamente 33,97% e 18,89% do total da dotação orçamentária na LOA.

Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram 15,39% e as liquidadas aumentaram 13,28%, conforme o gráfico comparativo abaixo.

Gráfico 14 - Execução LOA 2024 x 2025.



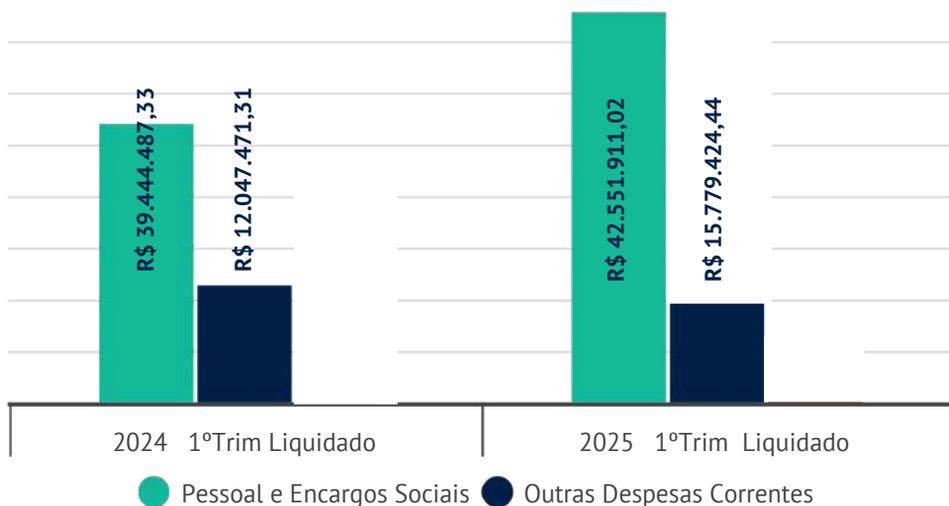
Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

Gestão de Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

A maior despesa do TCE-RO é com pessoal e encargos sociais. O valor empenhado acumulado no 1º trimestre/2025 para essas despesas somam R\$ 42.551.911,02 (quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, novecentos e onze reais e dois centavos), sendo liquidado 100% do total empenhado.

Gráfico 15 - Execução por categoria econômica.



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.



Gestão Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa, o TCE-RO no 1º trimestre/2025 empenhou R\$ 99.656.660,29 (noventa e nove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e nove centavos), referente a despesa corrente. Desse montante, R\$ 42.551.911,02 (quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, novecentos e onze reais e dois centavos) foram destinados ao custeio de pessoal e encargos sociais, e R\$ 57.104.749,27 (cinquenta e sete milhões, cento e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos) para outras despesas correntes.

Já para a categoria econômica despesas de capital foram empenhados o montante de R\$ 5.248.532,57 (cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos).



Execução por Restos a Pagar

O saldo total dos restos a pagar não processados para o exercício de 2025 foi de R\$ 3.960.812,09 (três milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e doze reais e nove centavos). Desse total, foram pagos R\$ 2.293.105,48 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil, cento e cinco reais e quarenta e oito centavos) e cancelados R\$ 11.454,00 (onze mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais), restando saldo a pagar no valor de R\$ 1.656.252,61 (um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos.)

Gestão Orçamentária

Limite de Gastos com Pessoal

Seguem os dados dos últimos três quadrimestres, referentes de janeiro a dezembro do exercício de 2024. Neles é possível verificar que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia respeitou os limites estabelecidos pela Lei Complementar n. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo que os valores **gastos com pessoal** se situaram em **R\$ 114.743.295,45 (cento e quatorze milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos)** e a **Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada** do Estado de Rondônia no valor de **R\$ 14.190.334.424,14 (quatorze bilhões, cento e noventa milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos centavos)**, ou seja, significando 0,81% nessa relação.

Esse comportamento das despesas com pessoal com relação à RCL vem sendo observado ao longo dos 3 últimos quadrimestres, o que indica que o TCE-RO está, rigorosamente, obedecendo aos ditames da LRF em seu Art. 20 e Incisos, conforme se observa a seguir:

Gastos com Pessoal nos últimos 3 quadrimestre

3º Quad./2024	03	0,81	R\$ 114.743.295,45 - Gasto com Pessoal R\$ 14.190.334.424,14 - RCL
2º Quad./2024	02	0,80	R\$ 110.177.207,68- Gasto com Pessoal R\$ 13.715.017.261,99 - RCL
1º Quad./2024	01	0,81	R\$ 105.936.900,80 - Gasto com Pessoal R\$ 13.124.505.108,33- RCL

Limite Máximo **1,04**

Limite Prudencial **0,99**

Limite Alerta **0,94**

Gestão Orçamentária

Execução LOA - 2025 (UG. Fundo de Desenvolvimento Institucional)

A Unidade Gestora 020011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional teve consignado na LOA 2025 uma dotação orçamentária de R\$ 5.137.000,00 (cinco milhões, cento e trinta e sete mil reais). Em comparação com o exercício anterior (2024) houve um aumento de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 7,27% de incremento de um exercício para o outro. As informações apresentadas não estão considerando a abertura de crédito adicional. O valor total empenhado acumulado é de R\$ 1.978.857,40 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) e o valor liquidado acumulado foi de R\$ 313.499,98 (trezentos e treze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), representando respectivamente 38,52% e 6,10% do total da dotação orçamentária na LOA.

Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram aproximadamente 1.137,76% e as liquidadas em torno de 114,47%.

Gráfico 16 - Execução LOA 2024 x 2025 (FDI).



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o FDI/TCE-RO empenhou R\$ 1.978.857,40 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), referente a outras despesa correntes.

